

DA OBJETIVIDADE E HIERARQUIA DOS VALORES

GERSON DE BRITTO MELLO BOSON

A IDENTIDADE DO SER COM O PENSAR

PARMÊNIDES de Eléia inaugura na Filosofia a identidade do ser com o pensar, que orientaria as indagações subseqüentes e dificilmente seria abandonado pelos ocidentais (1). Na verdade, o «realismo das idéias», de PLATÃO, não leva a concluir diferentemente (2). Nem ARISTÓTELES pôde fugir ao postulado, eis que ao oferecer solução ao problema da estrutura do ser, dá as categorias como diretivas do pensamento e, ao mesmo tempo, como aspectos reais gerais dêsse mesmo ser (3).

(1) — No seu famoso poema «Da Natureza», diz o poeta grego, em versão francesa: «L'acte de la pensée et l'objet de la pensée se confondent. Sans l'être, dans lequel il est énoncé, on ne peut trouver l'acte de la pensée; car il n'y a rien et il n'y aura jamais rien en dehors de l'être, attendu que le Destin l'a enchaîné de façon qu'il soit unique et immobile. Ainsi donc toutes ces choses ne sont que des noms donnés par les mortels dans leur crédulité: naissance et mort, être et non-être, changement de lieu et altération de brillantes couleurs». (Les Penseurs Grecs avant Socrate, p. 78, frag. 8). Pensar - para o poeta - é a mesma coisa que pensamento, confusão que sobre os tempos e ainda surge na cogitatio cartesiana e no empirismo inglês. Todavia, a tese parmenidica da identidade de pensamento e ser paira no domínio metafísico, pela impossibilidade de pensarmos o nada e em virtude da ilusão do mundo dos sentidos. Só o mundo inteligível é realidade, e esta o é também da razão, de sorte que as propriedades essenciais do ser são as mesmas que as propriedades essenciais do pensamento.

2) O mundo das idéias platônicas é o mesmo mundo inteligível de Parmênides. Apenas o ser que é uno para o poeta de Eléia vai multiplicado infinitamente pelo autor da Política, pois as idéias são as essências existentes das coisas do mundo sensível, fantasmagórico, ilusório. Como o pensamento se constitui de idéias, a identidade destas com a essência do pensamento faz-se infismável.

3) «Ya Aristóteles considera que esta estructura del ser es, al mismo tiempo, estructura del pensar; es decir, que ya Aristóteles da a las categorías un sentido a la vez lógico y ontológico. Desde el punto de vista lógico las llama predicables o predicamentos: son los atributos más generales que se pueden hacer en la formación de juicios. Desde el punto de vista ontológico las considera como las formas elementales de todo ser; como aquellas formas que impresas en la materia, constituyen el mínimo de forma necesaria para que el ser sea» (Lecciones preliminares de Filosofía, p. 115/116). É que para o célebre Estagirita o mundo em que vivemos está impregnado de inteligibilidade, construído que foi pelo supremo espírito de Deus. As coisas do mundo se decompõem no ser simples existencial e na essência inteligível, o eidos de Platão, que Aristóteles arranca do hiperbóreo e mete nas coisas individuais, junta com a existência para dar a substância.

DESCARTES iniciou a discordância, de que resultou o empirismo inglês, cuja evolução se desdobrou no sentido da eliminação da realidade transcendente ao pensar (4). Muitos momentos dessa atitude, ao lado da restauração racionalista introduzida por LEIBNITZ (5) e do cientificismo de NEWTON (6), despertariam KANT para a revisão do problema e o oferecimento de uma solução que o consagraria como o maior vulto da especulação filosófica do Ocidente. Restabeleceu êle, no âmbito do conhecimento, a correlação de sujeito e objeto, impondo às coisas cognoscíveis as categorias *a priori*, todavia fazendo destacar a realidade fenomênica objetiva a que se endereça o pensamento.

À parte as conclusões gnoseológicas negativistas relacionadas com os propósitos metafísicos, KANT superou a desconexão trazida pelos ingleses aos termos do conhecimento (sujeito, pensamento, objeto), que nos vinha conduzindo à impossibilidade da Ciência e à dissolução do mundo. Não fez o suficiente para evitar as consequências do cientificismo positivista do século XIX, que traz implícita a negação de um fundamento ao *Cosmos* e de uma orientação transcendente à consciência e à vida. Assim porque tanto o seu sistema como os das Escolas neokantianas, neste particular coincidentes com o positivismo, não aceitam a existência de uma verdadeira «objetividade» das estruturas *a priori*. Estas são reduzidas a meras «formas» da atividade sintética da consciência, a quem é dada a função de «construir» objetos com a matéria das sensações, de sorte que — em última análise — a sensação é que virá a ser verdadeiramente o único material do conhecimento (7). Mas é a partir de sua filosofia transcendental que se fundamenta a fenomenologia do conhecimento, de que não tratamos por fugir aos nossos propósitos, mas para quem apelamos no sentido de aclarar a diferença insuspeita entre **pensar, pensamento, e objeto** e outros conceitos, pressupostos de toda teorização científica do conhecimento.

4) A posição inicial de Descartes é a da afirmação do pensamento como realidade em si, e da exclusão do mundo das coisas transcendentais ao pensar. É certo que Descartes acaba por afirmar a realidade do mundo *more geométrico*, mas por raciocínios estranhos à dialética interna do *cogito ergo sum*, cujo desdobramento seria perseguido pelos empiristas ingleses e culminaria com Kant. Locke ingressa pelo problema da origem das idéias, cujas consequências são o imaterialismo de Berkley e, afinal o vivencialismo agnóstico e nihilista de Hume.

5) Leibnitz percebeu logo que o psicologismo inglês laborava no erro de converter o racional em puro fato, pois não era outra a resultante de considerar o pensamento como mera vivência. Daí a distinção que firmou entre *verités de fait* e *verités de raison*, restaurando o pensamento no seu valor lógico, enunciativo, para terminar com os ideais gnoseológicos da racionalidade da realidade.

(6) É sabido que o idealismo transcendental é a resultante da confluência de três correntes distintas: o racionalismo de Leibnitz, o empirismo de Hume e a ciência positiva físico-matemática de Newton. Kant não pergunta sobre a possibilidade ou origem do conhecimento. Kant analisa e descreve o conhecimento, que para êle é indiscutível como se acha na ciência de Newton. Na tese dos juízos sintéticos *a priori* e na refutação de que tenham caráter científico os juízos analíticos e os juízos sintéticos, caem-lhe nas mãos as correntes de Leibnitz e de Hume.

(7) Cfr. Filosofia de Husserl, p. 39.

O que fica dito não importa em comprimissos com HUSSERL ou, principalmente, com o idealismo, para quem o objeto só existe enquanto dado à relação do conhecimento. Na verdade, o homem lida com os objetos possuindo-os, repelindo-os ou desejando-os, independentemente de conhecê-los, antes e depois de os ter conhecido. A relação de conhecimento é apenas uma entre as muitas em que podemos entrar com o mundo. Importa sim — o que ficou dito — numa preliminar às demonstrações subsequentes, de grande relêvo para a compreensão do que se segue.

FATORES DO CONHECIMENTO

II

Pensar é um acontecimento real anímico, com certa duração e que ocorre na mente de um determinado sujeito. O resultado dêsse acontecer é o **pensamento**, necessariamente referido a objetos, posto que o pensamento é sempre — e por essência — pensamento de algo, já que para pensar o nada teria que atuar sôbre si mesmo (8). De sorte que, encarando-se o fenômeno de frente — ontolôgicamente — encontramos no mesmo os seguintes fatores.

1) um **sujeito** que pensa algo; que num certo lapso de tempo possui algo em sua consciência, e que subsiste ainda quando não esteja pensando, pois não é necessário pensar para existir;

2) o **pensar**, ato psíquico do sujeito, individual e intransferível, que surge num dado instante, dura momentos e desaparece, e que pode ocorrer de muitas maneiras, com atenção ou desatenção, agrado ou desagrado;

3) o **pensamento**, conteúdo do pensar, sempre idêntico a si mesmo, pensado por quem quer que seja, a cavaleiro das distintas situações afetivas ou circunstanciais em que se ache o sujeito pensante;

4) as **percepções** ou imagens que ocasionalmente possam acompanhar o pensamento e que — como o ato de pensar — são puramente psíquicas;

5) a **expressão** do pensamento, isto é, as palavras e sinais que o contêm como significação;

6) o **objeto** a que o pensamento se refere, transcendente ao pensamento, por isso mesmo inconfundível com êste.

(8) Cfr. *Que Es Metafísica*, p. 25.

Em qualquer relação de conhecimento, — trivial ou científico, — o homem joga com êsses fatôres, exceto o quinto, de que só se utiliza quando quer transmitir a outrem as suas intuições ou experiências. Entretanto só nos ocuparemos aqui com o pensamento e a realidade dos objetos a que o mesmo se endereça, porque disso é que decorre o método de tratar cientificamente o nosso tema. Temos pois que levantar uma teoria geral dos objetos, para precisar os elementos característicos de cada região da realidade objetiva total, a que os nossos pensamentos se dirigem.

TEORIA GERAL DOS OBJETOS

III

O homem se acha lançado no mundo. É a definição do seu existir. Rodeia-o um sem-número de entes, com que êle tropeça a cada passo, de que se utiliza ou não, que aprova ou condena, que o constroem ou o facilitam e que, afinal, êle menta num ato de consciência. Mas tôda essa atitude não lhe seria possível se não pudesse êle, mediante certos critérios, arrumar as coisas do mundo, dando-lhes classe e, num esforço de profunda penetração simplificadora, dividir todo o campo da objetividade em regiões últimas, em que cada parcela regional é integrada por objetos de idêntica estrutura ôntica que lhe impõe, enquanto sujeito cognoscente, um método peculiar ao seu trato científico.

A intuição nos oferece quatro esferas ou regiões distintas de objetos:

- 1) objetos **reais** ou **sensíveis**,
- 2) objetos **ideais** ou **eidéticos**,
- 3) objetos **em si** ou **metafísicos**, e
- 4) **valôres**.

Damos em seguida as características de cada um dos campos objetivos indicados, salvo as dos valôres, de que tratamos em título especial.

Estrutura ôntica dos Objetos Reais.

Objetos reais ou **sensíveis** são aquêles que apreendemos mediante a percepção externa (**físicos**) ou mediante a percepção interna (**psíquicos**). A estrutura ôntica de tais objetos nos revela a existência das seguintes categorias ou propriedades:

- 1) **ser**, tais objetos estão aí, são uma coisa ou outra, a que podemos atribuir um predicado;

2) **realidade**, ademais de ser, possuem presença espacial ineludível, com que tropeçamos na experiência sensível (9);

3) **temporalidade**, estão imersos no curso do tempo, têm uma duração;

4) **causalidade**, estão sujeitos a transformações sucessivas, que se explicam mediante a categoria expressa.

Esse campo objetivo está constituído pelas coisas da natureza que temos à mão ou que padecemos, com as quais vivemos diuturna e simplesmente, sem maiores indagações. Todavia, se tomamos posição para conhecê-las, a região que era usualmente tranquila transforma-se numa problemática intensa, de que emerge o mundo científico das essências e das relações. Um mundo que já não é singelamente o dos fenômenos físicos ou psíquicos, submetido que se acha agora a categorias de maior independência e acessível apenas ao espírito: o mundo da **idealidade**.

Estrutura Ôntica dos Objetos Ideais

O campo regional dos objetos ideais difere profundamente da esfera das coisas sensíveis. A **essência** já não pertence ao mundo da extensão e da duração, não é causada nem causante. São coisas **reais** cada uma das árvores do bosque, mas a **essência árvore** é um objeto puramente ideal com que joga a teoria científica.

A Filosofia admite três tipos de objetos desta classe:

- 1) os **números** e as **figuras geométricas**,
- 2) as **essências**, e
- 3) as **relações**.

Na sua estrutura encontramos as seguintes categorias:

1) **ser**, tais objetos também estão aí em nosso mundo; são entes de que podemos afirmar algo, a que podemos atribuir um predicado, imposto, porém, com independência pelos próprios objetos que, neste particular, gozam de absoluta autonomia;

2) **irrealidade**, não possuem a consistência efetiva, concreta, dos objetos reais;

3) **intemporalidade**, não nascem, não se transformam nem perecem no tempo;

(9) Todavia, cumpre esclarecer que os objetos psíquicos, fatos de consciência que são, não ocupam nenhum lugar, possuem apenas uma referência indireta de espaço, adstritos que estão a um corpo humano. Nisto se distinguem dos objetos físicos, formando assim uma sub-região ou capa especial de objetos reais, como também os objetos **biológicos**, que se especificam pela **finalidade**.

4) **idealidade**, não operam ativa nem passivamente.

Os fatos físicos e psíquicos se sucedem uns aos outros, num deslizar ininterrupto. Mas os objetos **ideais** não se causam uns aos outros, apresentam-se conectados, dispostos numa implicação puramente ideal. Não é possível levar-se o conceito de **causa** ao trato das relações ou essências. Aplica-se a intuição, na descoberta de objetos que estão necessariamente implicados no pensamento de outros. Num silogismo, v. g., as premissas não **causam** a conclusão. Esta se acha necessariamente conectada àquelas.

Objetos Metafísicos

Os objetos metafísicos são a **coisa em si** de KANT, a **substância** de ARISTÓTELES, o **ser** enquanto referência última, nos juízos definitórios, **Deus**, segundo diferentes sistemas filosóficos, à luz da história das concepções do mundo.

No presente trabalho não cabe discutir a sua possibilidade. Assinala-se, contudo, que são objetos a que o nosso pensamento se refere, igual que aos objetos de outras categorias.

ACERCA DOS VALORES

IV

O encontro com os valores resulta da não-indiferença com que — para nós — se oferecem os objetos das regiões atrás estudadas. Tais coisas são boas ou más, belas ou feias, verdadeiras ou falsas, dignas ou indignas, santas ou profanas. Se atentarmos para as categorias que lhes são pertinentes, verificamos que o **ser** é uma característica comum. Mas o valor já não possui uma tal propriedade, de vez que não pode funcionar como sujeito num juízo de comprovação ôntica efetiva ou ideal. Nenhum predicado lhe poderia convir, como desenvolvimento analítico de uma substância. O valor não é um **ser**, não é uma coisa no sentido anterior, não é um ente, é **valente**, simplesmente **vale**. No juízo funciona sempre **como** ou **no** predicado, tendo ademais a característica de não tirar nem acrescentar nada à essência do sujeito. Se dizemos, v. g., «**êste** homem é **justo**», **justo** em nada aumentará ou diminuirá a essência **homem** enquanto tal. (10).

(10) A Filosofia faz clara distinção entre juízos de existência e juízos de valor. Os juízos de existência são os que enunciam o que a coisa é, as suas propriedades, atributos, predicados, que pertencem à própria coisa, quer do ponto de vista da sua existência enquanto ente, quer do ponto de vista da essência que a define. Os juízos de valor enunciam acerca de uma coisa algo que não acrescenta nem tira nada ao caudal existencial e essencial da coisa. Enunciam algo que nada tem com o ser da coisa, nem enquanto existência nem enquanto essência.

Todavia, não quer isto dizer que os valores sejam meras impressões subjetivas de agrado ou desagrado que os entes nos possam causar. Rodeia esta questão um emaranhado de opiniões contraditórias. Mas parece claro que a agradabilidade não poderia servir de critério para aferição de valores, pois algo pode, v. g., nos trazer agrado e no entanto ser um mal, ou nos trazer desagrado e ser um bem (11). Lembramos aqui as palavras da Bíblia:

«*Quam spatiosa via est quae ducit ad perditionem et arcta via est quae ducit ad vitam*».

Além disso, os sentimentos de agradabilidade não são discutíveis, pois a ninguém é dado comprovar o teor das exigências íntimas do eu. Mas acerca de um valor objetivo, v. g., a beleza de uma obra de arte, cabe discussão, à semelhança do que se pode fazer em torno de teses científicas. Só que não se há de fazer demonstrações racionais, com implicação de conceitos lógicos ou através de sequências causais, mas sim indicações do valor, verdadeira estimulação ao interlocutor, no sentido de despertá-lo para a beleza da obra (12). O agrado subjetivo é sempre uma consequên-

(11) Já Brentano fizera notar o exemplo do *Scio meliora proboque, deteriora sequor*, no caso em que alguém se abandona ao amor de um objeto indigno, tendo ao mesmo tempo a consciência da sua indignidade, a plena consciência de que é outro objeto que merece o seu amor, é outro objeto que vale, mas não o deixa de amar com o mais intenso amor, de que experimenta dolorosamente a ineficácia e impossibilidade. — Aliás, os valores não poderiam ser impressões subjetivas também pela razão já arguida de que as impressões são objetos psíquicos, as impressões são, têm a categoria do ser, ao passo que os valores não são, os valores valem. Todavia, o psicologismo axiológico e sua interpretação do valor tem sido tratado com seriedade por diversos autores, cujos sistemas se distinguem por certos aspectos secundários. No fundo são todos relativistas ou subjetivistas, cujo sentido é o da redução dos valores à agradabilidade ou a mero desejo, que nos faz projetar a qualidade axiológica a objetos que, na sua transcendência, não a possui. Preferimos ficar com a posição objetivista platonizante de Scheler, Hartmann e Le Senne, conforme se compreenderá melhor no curso da leitura. Inclusive, repelimos a atitude que põe o desejo como fundamento do valor, pois ou é o desejo que faz o valor e neste caso nada do que desejamos poderia ser excluído do domínio do valor ou, ao contrário, apenas certos desejos seriam reconhecidos como axiológicos, e neste caso já o desejo não bastaria para constituir e fundamentar o valor. Entre a tese da suficiência axiológica e a da insuficiência axiológica do desejo é necessário escolher. E ambas conduzem a um naufrágio lógico. — Embora o estudo do valor constituía uma Filosofia nova — terra ainda ignota — indicamos aos interessados as seguintes orientações, todas merecedoras da melhor atenção: 1) A Fundamentação psicológica, de F. Brentano, A. Meinong e R. Müller Freienfels; 2) A Fundamentação lógica, de W. Windelband, H. Rickert e E. Lask; 3) A Fundamentação metafísica, de H. Münsterberg, J. G. Schuwerack e W. Stern; 4) A Fundamentação fenomenológica, de Max Scheler e N. Hartmann; 5) A Ciência fundamental dos valores, de J. E. Heyde; 6) A Axiomática dos valores, de The Lessing; 7) A Sociologia dos valores, de A. Vierkant e 8) A Fundamentação fonética, de A. Stern. Essa catalogação é a exposta por J. L. de Angelis, no Dicionário Filosófico, da Espasa-Calpe Argentina S. A., 1952, num estudo perfunctório que faz sobre Filosofia de los Valores.

(12) Cfr.: *Lecciones Preliminares de Filosofia*, p. 373, onde se lê: «Por consiguiente, de los valores se puede discutir, y si se puede discutir de los valores es que a la base de discusión

cia ou resultante da intuição de valores objetivos. A euforia que a beleza intuída nos suscita não pode ser confundida com a própria beleza.

Sem dúvida que os valores são relativos à pessoa, posto que são dados para a pessoa. Mas isto não quer dizer que estejam condicionados pelas opiniões da pessoa, de que guardam em si mesmos autonomia absoluta. Com o mesmo sentido dizemos que as essências só existem para o espírito, sem sofrer qualquer condição dêste, em sua essencialidade. Debalde tentaríamos modificar a bondade de uma pessoa ou o mérito de uma atitude. Como nos ensina N. HARTMANN, o fato de as verdades geométricas só valerem para o espacial, as leis mecânicas para os corpos e as fisiológicas para os organismos não implica um relativismo do conteúdo categorial dessas leis, que não são criadas pelos objetos ou pelos homens, mas leis a que os objetos para os quais valem se acham submetidos de modo incondicional.

Se admitirmos os valores como invenções do sujeito, como poderíamos afirmar a justiça ou a dignidade de um ato sem a existência em nós de um critério a priori acêrca da justiça ou da dignidade? Sustenta-se geralmente que a atividade ética do homem pode ser o resultado da imitação de um modelo, e como êste é algo concreto, vivo, considera-se provado que o proceder daquêle que imita não deriva de concepções apriorísticas, mas se funda na experiência. Todavia, não é possível sustentar que um homem ou uma atitude sejam exemplares sem que haja em quem o afirme, um critério ou a idéia da perfeição moral, à luz de que êsse homem ou essa atitude apareçam mesmo arquétipo (13). Ainda mais, se fizermos os valores dependentes do ser afetivo individual, não haverá valores para um ser constituído pela razão — como Deus — para quem não existiriam valores superiores nem inferiores, aniquilando-se dêste modo a essência do Cristianismo.

As Categorias do Valor

Esta interessante esfera de objetos, da máxima importância para as ciências éticas e culturais, possui as seguintes categorias:

- 1) **valer**, isto é, tais objetos não são entes reais ou ideais, mas simplesmente valem;

está la convicción profunda de que son objetivos, de que están ahí, y de que no son simplemente el peso o residuo de agrado o desagrado, de placer o de dolor, que queda en mi alma después de la contemplación del objeto».

(13) Cfr. *La Definición del Derecho*, p. 135 e ss.

2) **qualidade**, objetivam-se nas coisas, reais ou ideais, fazendo-as não-indiferentes para nós (14);

3) **absoluteidade**, são em si mesmos absolutos, independentemente dos indivíduos e das épocas históricas, dos lugares e dos tempos (15);

4) **polaridade**, a cada valor positivo correspondente uma negatividade: ao justo se contrapõe o injusto, ao digno o indigno,

(14) É, porém, pertinente esclarecer aqui que o conceito **qualidade** empregado tem um sentido de pureza todo especial. A grosso, poderíamos confundir os objetos reais e ideais com o que as gramáticas chamam de **substantivos** e os valores, com o que elas chamam de **adjetivos qualificativos**. Mas há adjetivos qualificativos que possuem **substantividade**, v. g., as cores no juízo existencial «este lápis é amarelo», ou as grandezas quantitativas, como no juízo «esta casa é grande». Na verdade, as coisas e as cores não são independentes, pois não podemos psicologicamente representar o espaço sem cor, nem a cor sem o espaço, de vez que se acham necessariamente aderidos um ao outro. Mas ontologicamente podemos fazer a separação, pois que espaço e cores são entes diversos, na sua essencialidade. — Além dessa observação, há certos adjetivos que implicam em atribuir determinado caráter essencial às coisas, como nas expressões **relação jurídica** ou **relação matemática**, equivalentes a **relação pertinente ao Direito** ou **relação pertinente à matemática** (relação de Direito ou relação de matemática). Tais adjetivos estão integrados na essência do ser-relação, servindo para distinguir os diferentes tipos de relações no reino destes objetos ideais, pois só a natureza dos objetos vinculados pelas relações poderá estabelecer a distinção destas. Fica entendido pois que esses qualificativos estão excluídos das instâncias axiológicas aqui indicadas, que são da mais pura **irrealidade**.

(15) Haverá indivíduos cegos, miopes ou clarividentes para valores, pelo que haverá épocas históricas em que a intuição axiológica será intensa ou débil, ou em que a preferência por valores de determinadas classes — acertada ou erroneamente — faça-as superiores ou inferiores a outras. Mas a **relatividade** estará sempre do lado do sujeito ou dos sujeitos que atuam na fase histórica, na sua **valoração**, cujas falhas impedem a descoberta dos valores plenos e as indicações para bem realizá-los. A função do sujeito em relação ao valor é de pura receptividade. Os valores possuem um ser por si mesmo independente de todo e qualquer movimento de nosso pensamento ou de nosso desejo em alcançá-los. Não é a consciência do valor que os determina, mas sim os valores que determinam a consciência do valor. Bem sabemos que o problema das variações históricas da consciência dos valores e o problema do mal não podem ser resolvidos assim de modo tão simplório e lacônico. Mas a natureza deste trabalho, — **indicação da objetividade e hierarquias dos valores**, — não permite aprofundamento maior, de sorte que nos limitamos a expor e a tomar e justificar nossa posição. Os fatos de variação que se costumam invocar só aparentemente dizem respeito aos valores, pois na realidade se ligam aos sujeitos depositários de tais valores ou às coisas em que eles se objetivam. Tais variações não provam que os valores sejam transitórios, mas sim provam ser da condição humana só poder descobri-los sucessivamente. Ao contrário, testemunham apenas a sua superabundância e riqueza, que os condena a não poderem ser assimilados senão através de lento e sucessivo esforço das gerações. Atestam a fraqueza do homem, sempre limitado, sobrepassado, esmagado por essa riqueza. A própria noção de uma consciência ilusória ou perversa dos valores, que marcasse certos indivíduos ou certas épocas, não terá sentido senão quando nos referimos à idéia de uma ordem objetiva desses valores, com relação a qual é possível assinalar-se a consciência atual como ilusória ou perversa, de sorte que ao invés de ser contraditada ou desmentida por essas perversões ou ilusões, a ordem objetiva é por estas pressuposta e provada. Os interesses, pessoais ou coletivos, costumam intervir e falsificar valores, mas a intuição axiológica, como diz Scheler, possui uma onipresença e uma **imperturbabilidade** que, embora deixando ao homem a faculdade de conformar ou não seus atos com a ordem absoluta intuída, não escapará ele à força imperiosa da visão exigente,

de sorte que não haverá valor positivo sem o seu contrapolo, o seu contravalor, fenômeno êste que se radica na essência mesma do valor, na sua não-indiferença;

5) **hierarquia**, os valores se ordenam, para nós, em escala de subordinação ou de superação, uns ante os outros, como num apêlo de fundamentação, de referências últimas (16).

A questão da hierarquia dos valores envolve outra, relativa a uma classificação de que dependerá de certo modo o levantamento de uma pirâmide axiológica.

Não se deve estranhar a divergência entre as tentativas de solução do problema, levando-se em conta as dificuldades que o mesmo encerra.

Fugiria aos nossos propósitos trasladar para êste trabalho as «tábuas de valores» oferecidas por homens da linhagem intelectual de H. RICKERT, N. HARTMANN, MAX SCHELER e outros. Todavia, não seria possível compreender bem a categoria estudada no título, sem a sugestão de uma classificação em que a mesma virtualmente já se encontra. (17).

Dizemos que os valores, segundo os suportes em que se acham objetivados, podem ser:

(16) Absolutos que são, igualitários na sua natureza, os valores não comportam nenhuma hierarquia entre si mesmos. Nisto está um dos grandes aspectos do problema axiológico, pois aqui se expõe mais um flanco ao ataque do relativismo. Acontece, porém, que a ordenação hierárquica dos valores pertence ao domínio subjetivo, sem que esta afirmação possa perturbar a maior ou menor dignidade que, para nós, apresentam determinados valores em face de outros. Os critérios são diversos. Na verdade, não se registra nenhuma ética doutrinária ou vivida, nenhum lance da História dos povos, que não se fundamente numa hierarquia de valores, por cuja manutenção ou realização se deflagram grandes lutas. A intensidade e subsistência da satisfação que nos proporcionam os valores têm servido de critério hierarquizador, relevando-se os valores de satisfação transitória, como os dos bens materiais, em benefício da superioridade dos valores de bens espirituais, mais intensos e duradouros. Neste trabalho, procuramos seguir novo critério, segundo a natureza dos depositários dos valores e a possibilidade maior ou menor da sua realização plena.

A estas categorias, pode-se acrescentar - segundo o pensamento de Le Senne - mais as seguintes propriedades: 1) **irrecusabilidade**, em virtude da qual a consciência, no momento em que o valor se lhe revela, não pode deixar de reconhecê-lo. Pode-se resistir a persuasão do valor, pois não se trata de constrangimento natural, mas sua ascendência espiritual é infalível, onde se exerce. Mesmo se cometo injustiça, não posso negar o bom sentido da justiça, no instante em que faz-se ouvir sua voz na minha consciência. A verdade, no instante em que se deixa intuir, dita-se ao espírito; o próprio mentiroso a reconhece, embora minta. O pecador se sente submetido ao comando moral, quando se reconhece pecador. A beleza, experimentada, não pode deixar de seduzir. A obra de arte agrada ainda mesmo ao seu detrator, movido por sentimento de inveja. 2) **suficiência**, por isso que o valor, uma vez revelado ao homem, o satisfaz, contenta-o. A beleza sentida e o amor vivido suscitam nosso assentimento e nos faz a vida mais preciosa.

(17) Na verdade, toda classificação de valores já dará por implícita uma hierarquia ordenada dos mesmos, porque as classes de valores são classes de dignidade e não mera tipificação dos mesmos.

- 1) valores da realidade em geral;
- 2) valores da pessoa ou espirituais. (18).

Mas cada uma destas classes gerais comporta subdivisões especiais. Assim, os valores da realidade em geral podem ser:

1) valores dos bens materiais físicos, aquêles que ordinariamente se objetivam nas coisas do mundo natural, enquanto utilidade. São valores de significação econômica, cuja polaridade se expressa na voz «útil inútil».

2) valores bio-psíquicos ou vitais, aquêles que se apresentam objetivados na vida do homem enquanto indivíduo. São valores pertinentes ao vigor, à saúde, ao prazer subjetivo, cuja polaridade geral se expressa na dualidade «agradável desagradável».

Os valores da pessoa ou espirituais são os que têm como depositários as pessoas, os objetos ideais e a cultura, considerada aqui como espírito objetivado. Esses valores — melhor que os do sistema anterior — comportam uma série de grupos autônomos, compreendendo cada um deles um valor principal que estrela como núcleo, em cuja órbita se acham tantos outros subordinados, derivados ou referidos (19).

De tais valores, podemos oferecer o seguinte desdobramento:

- 1) lógicos;
- 2) estéticos;
- 3) jurídicos;
- 4) morais;
- 5) religiosos.

É necessário dar as características de cada um dos grupos de valores espirituais, porquanto cada conjunto informa uma problemática científica especial, ao redor de que giram as pesquisas, discussões e sistematizações. Vejamo-las, segundo a ordem indicada:

(18) Observa-se, contudo, que todos os valores são para a pessoa, pois a pessoa só se constitui pela participação do sujeito no mundo ideal objetivo dos valores, diante do qual a consciência se torna responsável por lhes dar, através de seus atos, a realização dos mesmos no mundo atual.

(19) Isto quer dizer que os diversos grupos de valores se mostram à semelhança de sistemas solares, em que um valor da máxima intensidade, de sentido fixo, cintila como núcleo, ao redor do qual se ordenam valores derivados ou valores que só em função do central apresentam certo sentido axiológico. Tomemos, v. g., o valor verdadeiro, e fácil será ver que dele se derivam diversos valores como veraz, verossímil, sendo de observar que valores como exato, certo, conveniente, podem ser usados com sentido referido a, ou em função do sentido nuclear verdadeiro,

1) **valôres lógicos**, os que dizem respeito à conveniência entre sujeito e predicado, ou à relação entre um juízo e a realidade objetiva a que o mesmo se refere (**gnoseológicos**), cuja polaridade se expressa na voz «**verdadeiro falso**» (20).

2) **valôres estéticos**, os que informam as artes em geral. Manifestam-se na **aparência** de algo, inclusive em suportes materiais. Sua polaridade se traduz pela expressão «**belo feio**».

3) **valôres jurídicos**, os que informam as relações de Direito. Dizem-se também **sociais**. A objetividade de tais valôres implica a existência de pessoas, num traçado em que se prendem por exigências e obrigações. Sua polaridade se expressa na dualidade «**justo injusto**».

4) **valôres morais**, os que se manifestam nos atos que realizam ou tendem a realizar os demais valôres. Por isso mesmo, todos os grupos antes citados lhes estão subordinados, de vez que na pessoa que atua se confundem o depositário e o realizador dos valôres morais (21).

(20) Tais valôres dominam e informam a Lógica e as investigações relativas a Teoria do conhecimento.

(21) Anota Max Scheler que a superioridade de um valôr nos é dada no ato de **preferir**, e a inferioridade no ato de **postergar**, de sorte que é moralmente bom o ato realizador de valôres que coincide, — pela matéria de valor que tem na sua intuição, — com o valor que se preferiu e se opõe ao que se postergou. E é moralmente mau o ato realizador de valôres que se opõe ao valor que se preferiu e coincide com o valor que se postergou. Todavia, o **bom** ou o **mau** não consistem nessa coincidência ou oposição, que apenas funcionam como critérios essenciais e forçosos para o ser do **bom** ou do **mau**. Mas como isto só não bastasse, ensina o grande axiológista que o valôr bom é aquêle que está vinculado ao ato que realiza um valôr positivo da ordem mais alta de valôres posto que a realização de um valôr positivo com postergação de valôres de ordem mais elevada, seria atentatória à moral. Existe assim, — ao contrário do que afirmou Kant, — a conexão do **bom** e do **mau** com os outros valores, possibilitando a existência de uma ética material que, — em virtude de hierarquia dos outros valores, — pode determinar a classe de realizações de valôr que constituem o **bom** e o **mau**. Esta ética se fundamenta em diversos axiomas, formulados por Brentano, entre os quais é de importância assinalar aqui os seguintes: 1) na esfera da vontade, é bom o valôr vinculado à realização de um valôr positivo; 2) na esfera da vontade, é mau o valôr vinculado a realização de um valor negativo; 3) na esfera da vontade, é bom um valôr vinculado à realização de um valôr mais alto; 4) na esfera da vontade, é mau um valôr vinculado à realização de um valôr mais baixo. Atente-se aqui para o fato de que o **bom** e o **mau** não se convertem em matéria da vontade, nem vão vinculados originariamente aos atos voluntários, que lhes servem de meios para manifestar-se. O que originariamente leva o valor mau, independente e com anterioridade a todos os atos voluntários, é a pessoa, o ser mesmo da pessoa, de sorte que **bom** e **mau** são valôres estritamente pessoais. Assim, quem não queira fazer o bem ao próximo, mas se interessando na realização desse bem toma uma ocasião para ser **bom** ou fazer o bem não é **bom** nem realiza o bem, na verdade atua como um fariseu que quer passar como bom diante dos outros e de si mesmo. Nem os atos voluntários poderiam originariamente ser os depositários dos valôres morais pois que há muitos atos que não são atos de vontade, não obstante serem deposi-

5) **valôres religiosos**, os atinentes a objetos transcendentais, metafísicos, como a alma humana (22) e a Pessoa de Deus.

Pertencem ao grupo dos valôres religiosos duas polaridades, entre as quais se deve fazer clara distinção: «**santo profano**» e «**divino satânico**». É possível que para civilizações pretéritas não haja necessidade dessa separação, mas não assim para os povos cristãos, eis que a Igreja estabelece a **santidade** na ressurreição do homem que, embora **santo**, ainda não se iguala à Pessoa de Deus, a única em que se objetiva o valor **divino**.

Assim como separamos os demais valôres, tomados em si mesmos — na sua plenitude de valência — dos seus depositários e agentes realizadores, ao longo de tóda civilização ou fase histórica, devemos anotar que a **santidade** e a **divindade** guardam completa independência perante os objetos que no seio das culturas tenham valido como **santo** ou **divino**.

Derivam-se da polaridade «**santo profano**» ou a ela se subordinam todos os valôres de realização possível ao homem. Todavia, é o **divino** que estrela como núcleo total, porque só em Deus pode haver a integração absoluta de todos os valôres positivos.

Da Hierarquia dos Valôres

Da **tábua de valôres** apontada resultam já as indicações para uma ordem hierárquica em que os mesmos se acham, para nós.

Quanto a êste fenômeno, há inúmeros critérios determinativos, estudados e trazidos por axiologistas de envergadura. Todavia, a citá-los, preferimos apresentar nossa contribuição ao problema, sem que isto possa importar em qualquer menosprezo às idéias dos grandes mestres no assunto.

Para o levantamento de uma pirâmide de valôres, adotamos três critérios fundamentais:

1) só os valôres puros, isto é, aquêles que têm **sentido aplicativo indubitavelmente fixo**, podem ser estimados numa ordem hierárquica;

2) essa ordenação terá por princípio a **dominância da objetivação de valôres nas diferentes classes de positários**;

tários de tais valôres, como v. g., o perdoar. Só a pessoa é que é em si mesma boa ou má, como fundamento de todos os atos. *Ética*, vol. I, çap. II.

Entre os valôres até aqui arrolados, giram um sem-número de valôres **derivados** ou **referidos** aos valôres centrais, e relativos à teoria científica, à educação, aos convencionalismos, à etiqueta, à moda, à vestimenta, às formas de vida e de trato social, aos desportos e as cerimônias públicas. São valôres que não se podem centralizar por falta de sentido fixo, mas variam significativamente em função dos valôres nucleares.

(22) **Alma**, no sentido religioso de algo que se liberta do corpo e persiste em penas ou glórias após a morte biológica,

3) cada grau inferior se fundamenta no imediatamente superior que, por isso mesmo, há-de relativamente supor em sua amplitude os valôres dos graus inferiores.

Este último critério expressa o princípio de que um valor inferior não autoriza a inferência de qualquer dos seus superiores. Todavia, êstes autorizam, relativamente aos objetos em que se realizam, a inferência dos que lhes são subordinados.

Há valôres de diferentes grupos e sentidos. Mas se atentamos melhor para algumas classes, verificamos que há valôres que possuem um sentido aplicativo invariável, preciso, ao lado de outros que tanto podem estar referidos a um, como a outros graus axiológicos. Assim, v.g., o **justo** é um valor que não suporta mais de um sentido aplicativo, possui absoluta autonomia significativa. Mas já o **nobre**, v.g., tem sentido aplicativo vário. Tanto pode significar nobreza no sentido biológico (raça, espécie), como no sentido psicológico (nobreza de sentimentos), ou ainda no sentido espiritual (nobreza intelectual) e no sentido social (nobreza de classe) etc. Valôres desse tipo não se ajustam ao critério proposto. São valôres **derivados** de, ou referidos a um valor de sentido fixo, em função do qual possuem essa ou aquela dignidade significativa.

Outrossim, se examinamos as diferentes classes de depositários, à procura dos valôres que nelas se objetivam ou podem realizar-se, encontramos que entre os valôres que ordinariamente se realizam em determinada classe de objetos, há sempre um de realização **precípua**, anterior aos demais, e que **domina** os outros nessa classe de suportes, quer pela **frequência** com que aí se acha, quer pela **intensidade** com que se objetiva.

Além disso, um valor só é superior a outro na gradação estudada, quando lhe serve de fundamento também em sentido **dimensional**. Quer isto dizer que um valor supõe, relativamente, a objetivação do inferior no suporte em que se acha realizado. Assim, v.g., na proposição «a justiça é útil aos homens», do valor **justiça** inferimos a **utilidade**, mas não poderíamos legitimamente fazer o contrário, isto é, do valor **utilidade** inferir, a justiça (23). De sorte que os valôres, à proporção de sua maior altura, vão-se objetivando através de uma implicação sucessiva relativa.

Isto posto, se procuramos o valor **dominante** nas coisas **físicas**, aquêle que precípua se mostra nessa classe de objetos, encontramos o **útil**. As coisas **físicas**, antes de mais nada, nos são **úteis** ou **inúteis**, polaridade esta que comanda o grupo dos valôres dos bens materiais físicos.

Se agora procuramos o valor **dominante** nos objetos **bio-psíquicos** na realidade vital sensível, ressalta de imediato o **prazenteiro**. As coisas do

(23) E' exatamente o que faz o pragmatismo ou utilitarismo, onde o útil faz-se verdadeiro, justo, belo etc. Dá-se aqui uma inversão de valôres, semelhantemente ao que se dá com a ética hedonística, com respeito ao prestígio do prazenteiro. Evidente está que repelimos tais inversões, pois seguimos as pegadas da hierarquia axiológica postulada pela ética cristã.

nosso mundo subjetivo podem ter muitas significações, todavia nos são antes **agradáveis** ou **desagradáveis**. De uma emoção não podemos predicar a **justiça**, ou a **santidade**, mas sim a **agradabilidade** ou **desagradabilidade** e, relativamente, a **utilidade** ou **inutilidade** que, como valôres, podem estar implicadas na efetividade do prazer que nos é — e enquanto nos é — proporcionado. O agradável encabeça assim o segundo grupo de valôres positivos, próprios dos bens bio-psíquicos.

Todavia, o valor **dominante** nas relações sociais é o **justo**. Estas relações servem de tema para apreciações diversas, mas são os valôres integrantes da **justiça** que se salientam como fundamento das questões nelas representadas. De uma relação jurídica podemos pois predicar a **justiça** e, em tese, — a **agradabilidade** e a **utilidade**, não se devendo, porém, atribuir à satisfação proporcionada pela efetivação da **justiça** o sentido contingente do fisiológico, porque o depositário aqui do valor é de natureza distinta, espiritual. O **justo** dirige, portanto, o terceiro grupo de valôres, próprios das relações sociais.

Mas se conduzidos pelos ensinamentos religiosos, abandonamos o mundo terrenal e com a intuição nos embrenhamos nos ciclos sobrenaturais, encontramos a **dominância** do **santo**, de que a ressurreição faz possível ao homem tornar-se depositário pleno. Caminhos para a **santidade** são os valôres da **fé**, **piedade**, **adoração** e **amor**, em cuja realização o homem se põe em contacto com Deus, com o **divino**, valor dos valôres, fundamento último de tôdas as ordens. Na verdade, não compreenderíamos o **santo** se dêle pudéssemos obter a **injustiça**, a **desagradabilidade** ou a **inutilidade**. O **santo** supõe o **justo**, o **satisfatório** e o **útil**, assim como o **divino** abarca o **santo**. Por isso é que dizemos que só Deus é **divino**, isto é, tensão eterna de valôres absolutos, positivos (24).

OS REALIZADORES DO VALOR

V.

Parece-nos que no contôrno universal apenas o homem e Deus realizam valôres espirituais (25). Neste particular poderíamos ser levados à conclusão de que nos colocamos em pé de igualdade com Deus. Mas há uma vasta e profunda diferença, ainda que seja aqui — na potência realizadora — que melhor se pode radicar a nossa semelhança com Ele. Indi-

(24) Além ds valôres que se sujeitam à ordem hierárquica oferecida, há outros da máxima importância, inclusive pelo caráter de pureza e absoluteidade, que não se submetem aos critérios de subordinação indicados. São os valôres da **beleza**, cuja rebeldia se explica pelo fato de se realizarem com a mesma intensidade em qualquer classe de objeto, e também à **vista** de seu caráter de **aparência**, de vez que não se objetivam na dependência da essência mesma dos objetos depositários.

(25) Parece fóra de dúvidas que os animais realizam os valôres inferiores, como os de utilidades e os prazenteiros. Assim, fazem as suas **tócas** e **ninhos** entre outras realizações.

camos apenas as distinções que ressaltam à primeira vista. Deus, como realizador de valores, integra o sentido bíblico da palavra «criador». O homem, como realizador de valores, não vai além das objetivações espirituais que integram o sentido das palavras «civilização» e «cultura».

Ademais, Deus, que tem em si o começo e o fim de tudo, — em cuja Pessoa esplendem todos os valores positivos, — realiza-os absolutamente, ao passo que o homem só os realiza relativamente, gerando-se disto a angústia caracterizadora do seu existir no mundo. Possuído dessa angústia é que assume o homem também o papel de um «buscador» de valores, fenómeno jamais imputável a Deus.

Pela intuição defronta-se o homem com o «absoluto» «valorativo», de onde partem as exigências, — a que pode desobedecer mas não negar, — configurando-se nesse contacto uma relação de tensão que o prende até a morte. Para libertar-se é que procura valores, mas porque não os encontre concretizados no mundo, segundo a visão da ordem intuída, é tentado a realizá-los, para completar-se. É esta a razão de ser de seu espírito criador. Todavia, nunca os realiza plenamente, de sorte que o curso de sua vida é luta constante, cujos grandes lances pertencem aos gênios, aos artistas, aos heróis e aos santos. A intranquilidade criadora radica-se em sua essência, tanto mais veemente quanto mais intensa a luz dos valores mais altos em que se banha, por cuja realização chegam a sofrer duros sacrifícios.

E é dessa luta pela realização de valores, — segundo a sua maior ou menor ardência, — que sobe ou desce o nível da História dos povos, conseqüentemente o da cultura humana, no que desempenham extraordinário papel as grandes personalidades.

O Sentido da Voz «Cultura»

A palavra «cultura» assume diversos significados. Inicialmente se vincula ao sentido da laboração da terra, trato de plantas que nos são úteis (agricultura), para em seguida, por analogia, designar o cultivo da alma (26).

No primeiro caso, a palavra possui ademais um sentido objetivo claro, abarcando transformações do meio operadas pelo homem. No segundo indica a formação de um interior individual.

Mas se consideramos ser através das operações anteriores, — elevadas à universalidade das ações humanas, — que se revela a formação do espírito, os conceitos subjetivos e objetivo de cultura se apresentam tão intimamente ligados que a distinção serve apenas para análise dos aspectos de um mesmo fato. Na verdade, cultura é espírito objetivado.

Esta formação não exclui, porém, as bases anímicas nem o ambiente

(26) Cfr. *Essays sobre la Cultura*, pág. 39.

natural, portador de significados em que o espírito se objetiva, que são pressupostos culturais. Certamente que a raça, o clima, a flora e a fauna, o regime das chuvas, o mar, a riqueza do solo e do subsolo etc., têm grande importância no desenvolvimento e expansão de uma cultura. Nem seria possível obscurecer também a influência (*tensão*) que o ritmo vital da própria cultura vai exercendo sobre os seus novos membros individuais e grupais, no sentido de fazer-se continuada tal como se apresenta, e as reações desses membros no sentido de sua continuação conservadora ou renovadora. Acontece, porém, que só nos interessam aqui os propósitos realizadores do espírito da comunidade, que se entendem como soma de intensões e orientações significativas comuns. O sentido pois da voz «cultura» aqui empregada é o de um conjunto de criações espirituais que, ao longo de certo tempo, se manifestam como realidade histórica de um ou mais povos, elaborados segundo determinados ideais de vida, por cuja inspiração são compreendidas, estimadas e aperfeiçoadas.

Bases Axiológicas da Cultura

Tôda cultura possui um plano de desenvolvimento, ainda que seus membros disso não se apercebam, ou mesmo nunca cheguem ao cumprimento cabal dessa virtualidade. Trata-se de uma concepção do mundo, estruturada num sistema de valores hierarquizados, que são como trilhos históricos a percorrer. Nisto descança o seu destino.

Ao mesmo tempo que propósitos a realizar, esse sistema valorativo é — sempre atual — um conteúdo da cultura em que comungam os grupos por ela responsáveis.

Todavia, a sua efetivação não é como o deslizar tranquilo na superfície de um rio. Descendo-se aos casos, verifica-se que nem todos os membros participam igualmente dessa comunhão. Há divergências, oposições e tensões, muita vez necessárias à manutenção da vitalidade cultural. Surge, de repente, a defesa da superioridade de certos valores, tidos ou não como inferiores, mas que sempre foram considerados abaixo de outros, «supremos orientadores». Aparecem correntes de idéias que imprimem ritmos novos à expansão cultural, ou que sacodem a cultura no torpor de certas épocas, e até mesmo que ameaçam solapar seus embasamentos, quando então, realmente, a sua existência periga.

Na verdade, se valores inferiores ou medianos se erigem às alturas dos que o plano originário pusera como estrêla polar, já não se poderá falar de uma mesma cultura, posto que houve radical mudança na concepção cósmica de seu contorno. Não terá havido uma mediana inversão de valores, que concorresse para a variação de uma época, mas sim uma total inversão, que se configura em um novo plano de desenvolvimento. Assim aconteceu, v.g., entre os árabes, com o advento de MAOMÉ e na passagem do paganismo clássico para o cristianismo, com o advento de JESUS.

Com isto se firma o conceito da cultura, que surge no plano histórico como um conjunto de realidades trabalhadas pelo homem, nas quais imprime êle os valores utilitários, lógicos, estéticos, jurídicos, morais e religiosos, segundo um plano geral de concepção do mundo, na angústia de completar-se, realizar-se, libertar-se.

BIBLIOGRAFIA

- BLOCH, Marc-André: *Les Tendances et la Vie Morale*, Presses Universitaires de France, Paris, 1948.
- CELMS, Teodoro: *El Idealismo Fenomelógico de Russerl*, Rev. de Occidente, Madrid, 1931, versão de José Gaos.
- GASSET, Ortega y: *Que Son los Valores?*, Obras Completas, vol. VI, Rev. de Occidente, Madrid, 1946.
- GURVITCH, Georges: *Las Tendencias Actuales de la Filosofia Alemana*, Ed. Losadas, B. Aires, 1944, versão de P. Almela y Vives.
- HARTMANN, N.: *Ethik*, De Gruyter, Berlim, 1926.
Das Problem des Geistigen Sein, idem, 1949.
- HEIDEGGER, Martin: *Que Es Metafisica*, Ed. Seneca, México, 1941, versão de X. Zubiri.
- HUSSERL, Edmund: *Idées Directrices pour une Phénoménologie*, Gallimard, Paris, 1950, versão de Paul Ricoeur.
- KANT: *Crítica de la Razon Pura*, Ed. Losadas, B. Aires, 1943, versão de José del Perojo.
- LE SENNE, René: *Obstacle et Valeur*, Aubier, Paris.
- MORENTE, Manuel Garcia: *Lecciones Preliminares de Filosofia*, Ed. Losadas, B. Aires, 1943.
- MULLER, Aloys: *Introduccion a la Filosofia*, Espasa-Calpe, B. Aires, 1949, versão de J. Gaos.
- MAYNEZ, Eduardo Garcia: *Etica*, Univ. Nacional de Mexico. *La Definicion del Derecho*, Ed. Stylo, Mexico, 1948.
- PFANDER, A.: *Logica*, Espasa-Calpe, B. Aires, 1949.
- PIRLOT, Jules: *Destinée et Valeur*, Namur, 1953.
- POLIN, Raymond: *La Création des Valeurs*, Presses Universitaire de France, Paris, 1952.
- ROMERO, Francisco e Eugenio Pucciarelli: *Logica*, Espasa-Calpe, B. Aires, 1942.
Filosofia de la Persona, Ed. Losadas, B. Aires, 1944.
- SCHELER, Max: *Etica*, Rev. de Occidente Argentina, B. Aires, 1948, versão de Milario R. Sanz.
Sociologia del Saber, idem, 1947, versão de J. Gaos.
- SPRANGER, Eduardo: *Ensayos sobre la Cultura*, Argos, B. Aires, 1947, versão de Amalia H. Raggio.
- Von HILDEBRAND, Dietrich: *Christian Ethics*, David McKay Company, Inc., N. York, 1953.
- XIRAU, Joaquim: *Filosofia de Husserl*, Ed. Losadas, B. Aires, 1941.